

LEI N° 810/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018.

## DISPÕE SOBRE REGIME DE ADIANTAMENTO AOS AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

RENATO DE LIMA SOARES, Prefeito Municipal de Juquiá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

## Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1°-** Fica instituído o Regime de Adiantamento que consiste na entrega de numerário a servidor público, como estabelece o artigo 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para, em prazo certo e com finalidade específica, realizar, quando não permita o processamento normal de aplicação, despesas com as seguintes características:
  - I miúdas e de pronto pagamento até o valor de 20% do Salário Mínimo.
  - II de caráter emergencial, eventual ou excepcional; ou,
- III que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal.
- **§ 1º-** Consideram-se despesas miúdas de pronto pagamento aquelas realizadas com:
- **I** -taxa de inscrição em cursos, palestras, congressos, simpósios, seminários e eventos de interesse do Município;
- **II** o atendimento social a pessoas carentes, decorrente de situação de vulnerabilidade temporária;
- **III** serviços postais não previstos em contrato preexistente, telegrama, material de limpeza e higiene, confecção de chaves, lâmpadas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção, estacionamento, lanches e refeições prontas para consumo, pedágios, serviços de cartórios, transportes urbanos e pequenos consertos;



- **IV** com encadernações avulsas, artigos de escritório, informática, de desenho, carimbos, impressos e papéis em geral, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato.
- **§ 2º-** A entrega do adiantamento dependerá de prévio empenho da importância em nome do tomador e à conta das correspondentes dotações orçamentárias.
- § 3°- O limite máximo para a concessão mensal do adiantamento a cada tomador será de o valor da sua remuneração, e o prazo de aplicação e da correspondente prestação de contas não ultrapassará 60 (sessenta) dias, nem excederá o exercício financeiro.
- **Art. 2°-** Os adiantamentos somente poderão ser concedidos nos casos de despesas:
- **I -** com viagens a serviço, incluindo pedágios, hospedagem, alimentação, comunicações, transportes em geral;
- II com custas judiciais, incluindo emolumentos, reconhecimento de firmas, serviços de autenticação, reprodução de documentos e publicações diversas, bem como outras despesas que se fizerem necessárias para atender determinações judiciais;
  - **III** miúdas de pronto pagamento, citadas no artigo anterior;
- IV com manutenção de bens móveis, reparos de veículos, máquinas equipamentos;
- **Art. 3°-** Não poderá ser concedido adiantamento a servidor que se encontre em uma das seguintes situações:
- I estiver declarado em alcance, o que se caracteriza pela não prestação de contas no prazo estabelecido ou a não aprovação das contas em virtude de aplicação do adiantamento em despesas que não aquelas para as quais foi fornecido ou sem obedecer aos aspectos legais e demais normas estabelecidas para o processo de prestação de contas;
- II que tiver sob sua responsabilidade a movimentação simultânea de dois adiantamentos, independentemente da finalidade;
- III cujo deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função.
  - **Art. 4°-** Não se concederá adiantamento para:



- **I** despesas com material permanente, equipamentos, instalações, locações em geral e contratação de pessoas físicas para prestação de serviços;
- II despesas com materiais existentes em estoque no almoxarifado ou similar, que deverá ser sempre consultado antes da efetivação da despesa;
- III despesas com materiais e/ou execução de serviços para os quais existam contratos firmados com a administração direta;
  - IV materiais com finalidade de estoque.

## Capítulo II DO REGIME DE ADIANTAMENTO

- **Art. 5°-** O adiantamento somente será concedido depois de certificada a impossibilidade de realizar a despesa por quaisquer meios do processo normal de aplicação e quando constatada pelo órgão interessado a economia processual para a realização da compra.
  - **Art. 6°-** O tomador do adiantamento deverá:
  - I antes de efetuar a despesa, comprar sempre a preço de mercado;
- **II** observar e cumprir o que dispõe a legislação municipal acerca das hipóteses de retenção e recolhimento do ISSQN incidente sobre a prestação de serviços, bem como outras obrigações tributárias.
- **Art. 7°-** O responsável pelo adiantamento deverá comprovar sua aplicação dentro de 60 (sessenta) dias contados da data de retirada do valor correspondente.
- **§ 1º-** Em nenhuma hipótese, os valores recebidos pelo regime de adiantamento poderão ter aplicação diversa da finalidade prevista no respectivo pedido.
- § 2°- Não observado o prazo fixado no caput, o tomador ficará sujeito ao recolhimento do valor do adiantamento concedido a partir da data do recebimento, sem prejuízo do processo de prestação de contas e da apuração de responsabilidade funcional.
- § 3°- A baixa de responsabilidade do tomador do adiantamento dar-se-á com a entrega da prestação de contas e com parecer favorável proferido pelo setor responsável de prestação de contas, após análise dos documentos.



- **§ 4°-** A prestação de contas, deve ser apresentada em até 05 (cinco) dias, após o prazo do "caput".
- § 5°- As prestações de contas dos adiantamentos observarão as normas das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 8°-** As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual em vigência.
- **Art. 9°-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n° 220, de 09 de Novembro de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, 23 DE JANEIRO DE 2018.

RENATO DE LIMA SOARES Prefeito Municipal

ALAN RODRIGO DE ALMEIDA CORREA Secretário Municipal de Governo e Administração

> ADRIANO RODRIGO FERREIRA Secretário Municipal de Fazenda

CAIO CESAR FREITAS RIBEIRO
OAB/SP 93364
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos